

**ASSOCIAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E O CONHECIMENTO
ACERCA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

MARCOS IGOR DA COSTA SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

MARIA RAQUEL LIMA NOBERTO FONTES

ASSOCIAÇÃO ENTRE AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E O CONHECIMENTO ACERCA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar a relação entre o perfil das famílias de baixa renda localizadas no município de Santana do Ipanema/AL e o entendimento no que se refere a educação financeira. Esta pesquisa foi caracterizada como de natureza descritiva, exploratória, quantitativa e conteve uma amostra de 26 respondentes. Para o alcance do objetivo, utilizou-se de um questionário, adaptado do estudo de Silva (2019), estruturado em duas partes, contendo doze questões abertas e fechadas. Os dados foram coletados nos meses de novembro e dezembro de 2024, e as técnicas para análise dos dados empregadas foram a estatística descritiva e o teste estatístico não paramétrico de coeficiente de correlação de *Spearman* ($p= 0,05$). Os resultados obtidos apontaram que quanto maior a idade dos respondentes, maior à compreensão acerca da relevância da educação financeira. Logo, pessoas com mais experiência tendem a procurar mais conhecimentos acerca da educação financeira. Outro achado relevante foi que quanto maior a renda familiar, maior o entendimento em relação a educação financeira. Assim, famílias com maior rendimento tendem a ser mais instruídos financeiramente.

Palavras-Chave: Educação financeira; Famílias de baixa renda; Nível de entendimento.

1 INTRODUÇÃO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca que a educação financeira é o processo pelo qual os indivíduos e as sociedades melhoram o entendimento em relação aos conceitos e produtos financeiros, de forma que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes de oportunidades e riscos neles envolvidos para que, a partir desses conhecimentos, possa fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem estar (OCDE, 2013).

A Educação Financeira e o planejamento econômico possuem imprescindível relevância na vida das famílias brasileiras, principalmente, por estas estarem inseridas em um cenário econômico de incerteza e instabilidade. Dessa forma, o planejamento e o bom uso da renda familiar são de grande importância no campo da estabilidade, tranquilidade e segurança financeira, principalmente para famílias de baixa renda, onde seus recursos financeiros estão em frequente escassez (BORGES, 2022).

Messy e Monticone (2016) comentam que a educação financeira vem sendo reconhecida como uma competência crítica no século 21, sendo necessária a existência de esforços para o seu aprimoramento a fim de apoiar o crescimento econômico em qualquer economia mundial. Todavia, os países de todo mundo se mostram preocupados com o nível de educação financeira de sua população, devido à complexidade do mercado financeiro e a falta de acesso a esse tipo de conhecimento de grande parte da população (XAVIER; FERREIRA, 2018).

Silva (2019) cita que a educação financeira modifica os hábitos e ensina a controlar gastos e ganhos. E, o conhecimento em educação financeira pode evitar problemas financeiros e pessoais às famílias, principalmente as de baixa renda, pois, o consumo sem planejamento, gera a alta no índice de inadimplência, devido ao descontrole financeiro familiar.

Vidal et al. (2020) corroboram e comentam que com o comparativo familiar é possível conhecer as necessidades individuais e coletivas e como as famílias se planejam em relação a sua renda. Todas essas informações são importantes para avaliar como as famílias se desenvolvem e se planejam dentro de um contexto econômico complexo e em constante

mudança (MESSY; MONTICONE, 2016).

A OCDE (2013) aponta que a educação financeira melhora o entendimento a respeito de investimentos, risco e planejamento financeiro, por isso se faz necessário ter conhecimento sobre o tema para adquirir habilidades de tomadas de decisões que influenciam de forma direta o bem-estar financeiro familiar e pessoal.

Mediante o que foi exposto a respeito da importância da educação financeira, principalmente em famílias de baixa renda, o presente trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre as características das famílias de baixa renda e o conhecimento sobre educação financeira?** E, para responder tal questão, o objetivo desta pesquisa consiste em investigar a relação entre o perfil das famílias de baixa renda localizadas no município de Santana do Ipanema/AL e o entendimento no que se refere a educação financeira.

O trabalho se justifica em função de que a educação financeira proporciona aos indivíduos qualidade de vida e habilidades para tomada de decisões mais adequadas. Além disso, as famílias de baixa renda geralmente passam por dificuldades financeiras e necessitam de conhecimento e planejamento financeiro para evitar o descontrole financeiro (BORGES, 2022).

Diante do exposto, com o intuito de alcançar o objetivo proposto, este estudo é estruturado em cinco seções. A primeira é a introdução, onde o tema, objetivo e justificativa são apresentados. A segunda é o referencial teórico, que traz conceitos relativos ao estudo. Na terceira são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na obtenção dos dados. Em seguida apresenta-se a análise dos resultados obtidos, e por fim as considerações finais sobre o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Silva (2019) comenta que a educação financeira no Brasil ganhou maior visibilidade a partir do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que veio instituir a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). O referido decreto tem por finalidade implementar diretrizes e indicações para que haja uma padronização na elaboração de ações que buscam atender a sua finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

Perin e Campos (2022) analisa as diferentes concepções de educação financeira entre estudantes do ensino superior, identificando que os alunos associam a educação financeira principalmente a duas competências: o letramento financeiro e a competência comportamental. O letramento financeiro envolve o domínio de conhecimentos técnicos e matemáticos necessários para a gestão adequada das finanças pessoais, enquanto a competência comportamental está relacionada ao desenvolvimento de hábitos, atitudes e comportamentos financeiros responsáveis, como organização e planejamento.

Gorla et al. (2016) comentam que educação financeira é um fator predominante na vida das pessoas, desde que inserida na infância por meio da família e/ou da escola. O conhecimento financeiro possibilita ao indivíduo a capacidade de gerir seus recursos e tomar decisões a partir de escolhas adequadas. É importante salientar que no ambiente educacional financeiro existe a preocupação com as disparidades culturais, regionais e financeiras existentes por todo o território nacional.

Farias (2023) retrata que as implicações sociais e econômicas no longo prazo, podem interferir na adoção de políticas públicas, pois existe uma dificuldade na implantação de

estratégias devido ao dispêndio financeiro por parte dos governos, e também a dificuldade das pessoas de compreender a importância da educação financeira. Todavia, é necessário levar o conhecimento a população quanto a conceitos de crédito, investimentos e segurança financeira, e educação.

Diante do que foi apresentado, percebe-se que a educação financeira proporciona conhecimentos para as pessoas e famílias, sendo utilizada como uma ferramenta para a gestão e equilíbrio financeiro pessoal.

2.2 FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

O Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, aponta que o critério para definir uma família como de “baixa renda” é a renda *per capita* familiar mensal de até meio salário- mínimo ou a família que possua renda mensal total de todos os integrantes de até três salários-mínimos. Essa definição disposta em lei é importante para que famílias que estejam na linha da pobreza possam ter acesso a programas sociais que visam o combate à extrema pobreza (BRASIL, 2007).

Silva (2019) destaca que a ferramenta de inclusão social das famílias de baixa renda começou após a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, a partir da unificação dos programas de transferência de renda condicionada existentes na época. Um importante instrumento de definição de quais seriam essas famílias de baixa renda foi o Cadastro Único, através do cadastramento dessas famílias, sob critérios definidos pelo Decreto nº 6.135 de 2007. Assim, é possível identificar e selecionar famílias que apresentam maior vulnerabilidade financeira.

A Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011, que regulamenta a gestão do Cadastro Único, definiu com mais clareza os critérios e conceitos de cadastramento dessas famílias carentes, bem como, seus objetivos, a operacionalização e as competências de cada um dos entes envolvidos na gestão do Cadastro Único (BRASIL, 2011).

A utilização do Cadastro Único é obrigatória para todos os programas sociais federais serem direcionados a população de baixa renda, com exceção dos programas da Previdência Social. O Governo Federal utiliza as informações contidas no Cadastro Único para amparar essas famílias com programas sociais, bem como o Programa Bolsa Família, a tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e etc.

A Lei de Assistência Social nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 define os critérios de concessão desses benefícios para famílias de baixa renda. A assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma política de seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Um dos programas de maior destaque que abrange as famílias carentes é o Programa Bolsa Família (PBF), instituído pela Lei nº 14.601 de 19 de junho de 2023, cujos objetivos são combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias de baixa renda, contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações e promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza (BRASIL, 2023).

2.3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Rati e Ferreira (2021) ressaltam que as transformações econômicas enfrentadas pelo Brasil ao longo da história impactaram diretamente as finanças das famílias brasileiras e a hiperinflação sofrida no final dos anos 80 e início dos anos 90, impactou de forma direta o modo

com o qual o indivíduo lida com suas finanças pessoais.

Por isso, faz-se necessário que famílias carentes tenham acesso à educação financeira, independentemente de sua renda, pois, o acesso à educação permite um ganho na tomada de decisão e planejamento orçamentário familiar, diminuindo o consumo por impulso e desnecessário (RATI; FERREIRA, 2021).

Simões (2022) compreende que apesar do empenho do governo em criar políticas públicas de combate à pobreza, sem acesso à educação, essas famílias ficam ainda mais desamparadas, pois, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a pobreza ainda atinge 62,5 milhões de brasileiros e os rendimentos têm baixa representatividade, por se tratar de famílias mais vulneráveis e com acesso limitado ao mercado de trabalho (IBGE, 2021).

Entretanto, para a OCDE (2013), a educação financeira pode beneficiar todas as pessoas, mesmo a despeito do nível de renda, pois o acesso a conhecimento permite uma maior estabilidade diante de imprevistos, pois, educação financeira proporciona uma maior capacidade de compreender as informações financeiras vinculadas às transações operacionais (HUSTON, 2010).

Contudo, Almeida (2017) cita que existe um grande desafio no âmbito educacional para demonstrar a famílias de baixa renda a importância da educação financeira, pois a alfabetização financeira dos indivíduos de baixa renda é importante para a melhoria de políticas públicas e sociais, uma vez que indivíduos mais conscientes possuem a capacidade de tomar melhores decisões financeiras, evitando o endividamento, controlando seus gastos e obtendo bem-estar pessoal.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Alguns estudos foram realizados com a intenção de abordar o assunto educação financeira voltado para famílias de baixa renda. O quadro 1 traz uma visão geral sobre algumas pesquisas relevantes relacionadas ao tema.

Quadro 1 - Estudos empíricos sobre a temática estudada

Autor (es)	Objetivo	Resultados
Contani et al. (2021)	Analisar as características do nível de conhecimento financeiro que influenciam o conhecimento sobre finanças, o planejamento financeiro e as escolhas de endividamento das pessoas.	Observou-se as influências das variáveis de endividamento, conhecimento e planejamento financeiro na percepção das pessoas com relação ao planejamento dos gastos, a economizar para ter uma reserva, não comprar por impulso e, principalmente, planejar-se antes de sair gastando.
Rocha et al. (2017)	Analisar a relação do conhecimento financeiro com o endividamento do consumidor de baixa renda em função do comportamento de consumo.	Os resultados estão associados com a instrução financeira e apontam as tendências de inadimplência e adimplência, de acordo com o comportamento de consumo, o perfil de endividamento e a educação financeira, sendo que o preditor da inadimplência para o consumidor de baixa renda é pagar todas as dívidas com atraso.
Potrich <i>et al.</i> (2014)	Investigar o nível de educação financeira dos habitantes do Rio Grande do Sul e identificar se existem diferenças nos níveis de educação segundo as variáveis socioeconômicas e demográficas.	Os principais resultados revelaram maiores níveis de educação financeira entre os homens, solteiros, que não possuem dependentes, estudantes e/ou bolsistas, com um maior nível de escolaridade, tanto seu, quanto dos seus pais, com maiores faixas de renda própria e familiar.

Brito (2019)	Analisar o nível de educação financeira das famílias de baixa renda na cidade de Currais Novos/RN.	As famílias analisadas possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre educação financeira. Além disso, a maioria não faz não nem uma forma de controle de sua renda.
Cardoso (2018)	Avaliar o comportamento e a atitude financeira de indivíduos de baixa renda de Ituiutaba-MG e a relação desses construtos com as variáveis sociodemográficas.	Os entrevistados apresentaram melhores índices de comportamento financeiros no gerenciamento do dinheiro e no pagamento das contas nos prazos determinados. Já em relação a atitude financeira, os indivíduos estão preocupados com o que pode ocorrer no futuro, o que os leva a traçar metas e tomar melhores decisões financeiras

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A partir da análise dos resultados das pesquisas citadas, observa-se que há um crescente interesse dos pesquisadores em estudar o assunto educação financeira aplicada a consumidores e famílias de baixa renda. Todavia, somente o estudo de Potrich *et al.* (2014) buscou identificar relação entre as características das famílias de baixa renda e o conhecimento sobre educação financeira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda as estratégias metodológicas adotadas para o direcionamento deste estudo que visa verificar o nível de conhecimento das famílias de baixa renda do município de Santana do Ipanema/AL acerca da educação financeira.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. O estudo exploratório visa trazer mais informações acerca do assunto investigado para formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses, podendo ser ainda, o primeiro passo em um processo de pesquisa (GIL, 2017). Já a pesquisa descritiva busca descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2017).

No que tange à abordagem do problema, esta pesquisa possui abordagem quantitativa, pois procura validar hipóteses através da utilização de dados estruturados, estatísticos, buscando quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para os interessados (RICHARDSON, 2017).

No que se refere aos procedimentos técnicos, este estudo é operacionalizado através do uso da pesquisa documental que é uma técnica responsável por coletar e selecionar informações através da leitura de documentos, livros, revistas, gravações, filmes, jornais, bibliografias, etc. (GIL, 2017). Outro procedimento técnico utilizado é a pesquisa de levantamento, também denominada como *survey* ou questionário. Esse procedimento envolve a interrogação direta das pessoas, cujo comportamento objetiva-se conhecer utilizando algum tipo de questionário (RICHARDSON, 2017).

Para definição do universo da pesquisa foram considerados os dados divulgados pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Santana do Ipanema/AL, durante o mês de julho de 2024, no que se refere ao número de famílias de baixa renda que possuíam Cadastro Social e que foram beneficiadas com o Programa Moradia Legal. Assim, o universo correspondeu a 232 famílias.

Considerando a amostra utilizada na pesquisa, é fundamental relatar sobre a dificuldade enfrentada para sua definição. Embora o sítio da Secretaria Municipal de Assistência Social fornecesse o quantitativo de famílias de baixa renda, as informações disponibilizadas pela plataforma estavam desatualizadas para grande parte das famílias, o que dificultou a localização

do endereço e o contato de muitas delas.

Diante desta dificuldade, partiu-se para a busca de informações através do Programa municipal intitulado Ação e Cidadania, o qual auxilia as famílias em situação de vulnerabilidade que se encontram na linha da pobreza e extrema pobreza. O resultado desta busca foi parcialmente satisfatório, tendo em vista que obteve-se o telefone para contato e endereços de algumas famílias.

Diante da situação relatada, decidiu-se por fazer uso de amostragem por conveniência ou não probabilística, a qual o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo (GIL, 2017). Nesse contexto e considerando os critérios de acessibilidade, obteve-se um número igual a 26 respostas, coletadas por meio de visitas presenciais aos domicílios das famílias. A coleta dos dados teve início no dia 26.11.2024 e se estendeu até 20.12.2024.

Cabe ressaltar que, devido ao número reduzido de respondentes, os resultados devem ser interpretados com cautela, não sendo possível generalizar para toda a população de famílias de baixa renda do município.

Para levantamento dos dados foi elaborado um questionário, adaptado do estudo de Silva (2019), composto por doze questões abertas e fechadas, que abordaram aspectos sociodemográficos e de conhecimento financeiro. Sendo uma aberta, cinco de múltipla escolha e seis utilizaram a escala *Likert*, divididas em duas partes nas quais os respondentes foram solicitados a selecionar as alternativas/assertivas que melhor atendessem a sua perspectiva sobre o tema.

A primeira parte contemplou questões a respeito do perfil do respondente/famílias de baixa renda e estão contidas perguntas como gênero, estado civil, faixa etária, escolaridade, número de pessoas que compõem a família, quantidade de filhos e renda familiar.

A segunda parte abordou questões que visam investigar o conhecimento dos respondentes acerca da educação financeira e foi composta por seis questões contendo afirmativas com cinco alternativas de resposta, modelo escala de *Likert*, em que os pesquisados especificaram o nível de concordância/discordância em relação ao referido assunto, tais como: consumo com responsabilidade; se a família realiza orçamento e controle financeiro; se tem o costume de analisar se a compra cabe ou não no orçamento familiar, antes de realizá-la; se possui conhecimento sobre investimentos em aplicações financeiras; se recebem algum tipo de auxílio assistencial do governo; e, se utilizam alguma forma de crédito (empréstimos/financiamentos).

A análise dos dados foi realizada em duas etapas. Primeiramente, fez-se uso de medidas da estatística descritiva de posição (média e frequência) para o perfil do respondente e das famílias de baixa renda, como acerca do conhecimento sobre educação financeira dos respondentes.

Na segunda etapa foram evidenciados e discutidos os resultados da pesquisa através da estatística inferencial. Nessa fase da pesquisa, os resultados inferenciais, obtidos foram analisados por intermédio da aplicação do teste não paramétrico de coeficiente de correlação de *Spearman* que busca mensurar a intensidade da correlação entre duas variáveis com níveis de mensuração ordinal, de modo que os objetos ou indivíduos em estudo possam se dispor por postos, em duas séries ordenadas (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

É importante destacar que, nesse estudo, foram considerados estatisticamente significativos, exclusivamente, os coeficientes de correlação de *Spearman* que obtiveram níveis de 95% ($p=0,05$).

Finalmente, o conjunto de variáveis elencados neste estudo foram divididas em dois grupos e classificadas conforme a escala de mensuração. O quadro 2 discrimina as variáveis analisadas nesse estudo.

Quadro 2 – Variáveis analisadas

Grupo 1 – Perfil dos respondentes e das famílias de baixa renda	
Variável	escala de mensuração
Estado civil	Nominal
Faixa etária	Ordinal
Número de filhos	Ordinal
Renda <i>per capita</i> familiar	Ordinal
Grupo 2 – Conhecimento sobre educação financeira	
Variável	escala de mensuração
consumo com responsabilidade	Ordinal
realização de orçamento/controle financeiro	Ordinal
conhecimento sobre investimentos financeiros	Ordinal
utilização de crédito financeiro	Ordinal

Fonte: Adaptado de Silva (2019)

No grupo 1 (perfil dos respondentes e das famílias de baixa renda), buscou-se identificar as características das pessoas que participaram da pesquisa e foi formado por cinco variáveis. No grupo 2 (conhecimento acerca da educação financeira), objetivou-se verificar o entendimento no tocante à educação financeira e foi formado por quatro variáveis.

Houve o cruzamento das variáveis do grupo I com as variáveis do grupo II, totalizando 16 cruzamentos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a coleta, realizada por questionário, efetuou-se o tratamento dos dados da pesquisa, com sua tabulação, objetivando apresentar e analisar os resultados encontrados tanto na forma da estatística descritiva, conforme o subitem 4.1, como também pela análise estatística inferencial, pelo subitem 4.2.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

Nesse tópico são apresentadas as análises descritivas a fim de compreender as especificidades dos respondentes. Esta etapa ficou dividida da seguinte forma: perfil do respondente e das famílias de baixa renda; e compreensão em relação à educação financeira.

4.1.1 Perfil do respondente e das famílias de baixa renda

A tabela 1 apresenta as informações sobre as características pessoais (gênero e estado civil) dos respondentes da pesquisa. No que tange ao gênero, houve uma predominância do feminino, com 19 respondentes (73,08%) do total, em contrapartida ao gênero masculino que correspondeu a 7 respondentes (26,92%). Quanto ao estado civil, observa-se que 57,69% dos respondentes são solteiros, 34,62% são casados e 7,69% são divorciados, perfazendo assim o total de 100%.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico

Sexo	Frequência absoluta	Frequência relativa
Feminino	19	73,08%
Masculino	7	26,92%
Total	26	100%
Estado Civil	Frequência absoluta	Frequência relativa
Solteiro (a)	15	57,69%
Casado (a)	9	34,62%
Divorciado (a)	2	7,69%

Total	26	100%
--------------	-----------	-------------

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Quando analisado o estado civil dos respondentes em relação ao gênero, constatou-se que a maioria é solteiro. Cabe destacar que o percentual de mulheres solteiras correspondeu a 57,89%, enquanto que o número de homens solteiros representou 57,14%.

Tabela 2 – Estado civil dos em relação ao sexo

Estado civil	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Solteiro (a)	11	4	15
Casado (a)	6	3	9
Divorciado (a)	2	-	2
Total	19	7	26

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Com relação a faixa etária dos respondentes, percebe-se que a maioria (61,54%) possui idade entre 21 e 30 anos, 23,08% têm entre 31 até 40 anos, 11,54% possuem entre 41 e 50 anos e apenas 1 (3,85%) respondente possui acima de 50 anos.

Tabela 3 – Faixa etária

Faixa etária	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência Acumulada
Entre 21 até 30 anos	16	61,54%	61,54
Entre 31 até 40 anos	6	23,07%	84,61
Entre 41 até 50 anos	3	11,54%	96,15
Acima de 50 anos	1	3,85%	100
Total	26	100%	-

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Posteriormente, os respondentes foram questionados quanto ao número de pessoas que compõem a família. É importante citar que, conforme o Decreto nº 11.016/2022, o conceito de família se resume em uma unidade composta por um ou mais indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela unidade familiar e que sejam moradores em um mesmo domicílio (BRASIL, 2022).

Tabela 4 - Quantidade de pessoas que compõem a família

Observações	Média	Mínimo	Máximo
26	3,42	1	9

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Conforme evidenciado na tabela 4, constatou-se que a média foi acima de 3 componentes. Verificou-se ainda que 16 respondentes (61,54%) afirmaram que as famílias possuíam entre 3 e 4 componentes; 15,38% foram compostas por 2 componentes; e, 11,54% eram constituídas por 5 componentes. Vale destacar que duas famílias (7,69%) possuíam apenas 1 componente, enquanto uma família (3,65%) afirmou ser composta por 9 membros.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil teve um crescimento de 15,9% de pessoas morando sozinhas. Assim, de um total de 74,1 milhões de domicílios no país, 11,8 milhões são de famílias unipessoais (IBGE, 2023).

Em seguida, os respondentes foram indagados quanto ao número de filhos por família. A mensuração desses dados é importante, pois, para famílias de baixa renda, esse fato interfere diretamente no recebimento de alguns benefícios distribuídos pelo governo federal, como o Programa Bolsa Família, por exemplo. Portanto, o fato de ter ou não filhos, determina o valor de alguns benefícios sociais, distribuídos pelo governo para ajudar as famílias de baixa renda.

Além disso, a lei nº 2.099 (BRASIL, 2020) instituiu o auxílio permanente à mulher provedora da família que tenha filhos, implicando em valor de R\$1.200,00 para famílias monoparentais. Para cada integrante da família com idade entre sete e dezoito anos existe um adicional no valor do recebimento de alguns programas sociais de assistência a famílias de baixa renda.

Tabela 5 – Quantidade de filhos por família

Nº de Filhos por família	Frequência absoluta	Frequência relativa
Não tem filhos	10	38,46%
Até 1 filho	6	23,07%
Até 2 filhos	5	19,24%
Até 3 filhos	4	15,38%
Acima de 3 filhos	1	3,85%
Total	26	100%

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Segundo a tabela 5, percebe-se que a maioria das famílias tem filhos (61,54%), sendo que 23,07% têm apenas um filho; 19,23% possuem dois filhos; 15,38% afirmam ter três filhos; e 3,85% têm acima de três. É possível identificar ainda que dez respondentes (38,46%) não possuem nenhum filho.

A tabela 6 evidencia a renda *per capita* das famílias de baixa renda as quais participaram da pesquisa. É importante destacar que conforme o artigo 5º, incisos VI e VII do Decreto nº 11.016/2022, a renda per capita mensal familiar corresponde à soma dos rendimentos brutos recebidos mensalmente por todos os membros da família e para alcançar o valor da renda *per capita* mensal familiar se faz necessário somar todos os rendimentos brutos recebidos por todos os membros e dividir o valor total pelo número de pessoas que compõem a família (BRASIL, 2022).

Tabela 6 – Renda *per capita* por família

Variável	Frequência absoluta	Frequência relativa
Até R\$218,00 (renda per capita)	1	3,85%
De R\$ 219,00 até R\$ 706,00 (Até meio salário)	9	34,61%
De R\$ 707,00 até 1.412,00 (Até 1 salário mínimo)	8	30,77%
De R\$ 1.413,00 até 2.824,00 (Até 2 salários mínimos)	7	26,92%
De R\$ 2.825,00 até R\$ 4.236,00 (Até 3 salários mínimos)	1	3,85%
Total	26	100%

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Observa-se que 18 famílias (69,23%) possuem rendimento mensal de até 1 salário mínimo, sendo que 10 delas recebem até meio salário mínimo (38,46%). Constata-se ainda que 7 famílias (26,92%) possuem rendimento mensal acima de 1 salário mínimo até 2 salários e apenas 1 família (3,85%) obtém rendimento mensal acima de 2 salários até 3 salários mínimos.

A renda *per capita* familiar mensal consiste na soma de todos os rendimentos dos membros da família dividido pelo número total de pessoas que compõem o grupo familiar, sendo utilizada para determinar o acesso a benefícios e programas do governo. (LEI nº 12.435/2011).

4.1.2 Compreensão em relação à educação financeira

A educação financeira pode beneficiar todas as pessoas, visto que proporciona maior capacidade de compreender as informações financeiras vinculadas às transações operacionais (HUSTON, 2010). Diante disso, este tópico procurou investigar o conhecimento das famílias

de baixa renda acerca da educação financeira e analisar se elas realizam controle e orçamento familiar.

Inicialmente, buscou-se verificar o nível de concordância/discordância em relação ao consumo com responsabilidade, adquirindo somente o necessário para sobrevivência, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 – Consumo com responsabilidade

Variável	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência acumulada
Concordo Parcialmente	10	38,46%	38,46%
Concordo Totalmente	8	30,77%	69,23%
Não Concordo e nem Discordo	5	19,23%	88,46%
Discordo parcialmente	2	7,69%	96,15%
Discordo totalmente	1	3,85%	100%
Total	26	100%	-

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

A maioria dos respondentes (69,23% ou 18) concordam que compram apenas o imprescindível para a sua subsistência. Há ainda 19,23% (5 respondentes) que não concordam e nem discordam, e 11,54% (3 respondentes) que discordam da afirmação. Borges (2022) comenta que o conhecimento sobre educação financeira pode evitar problemas financeiros, principalmente das famílias de baixa renda, pois, o consumo sem planejamento, gera pode gerar o descontrole financeiro familiar.

Dando prosseguimento à questão anterior foi requerido que as famílias assinalassem o nível de consentimento quanto a realização de orçamento e controle financeiro. Conforme demonstrado na tabela 8, é possível comprovar que 19 respondentes (73,08%) concordam que fazem o planejamento e controle financeiro.

Tabela 8 – Realização de orçamento e controle financeiro

Variável	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência acumulada
Concordo parcialmente	10	38,46%	38,46%
Concordo totalmente	9	34,62%	73,08%
Nem concordo, nem discordo	5	19,23%	92,31%
Discordo parcialmente	2	7,69%	100%
Total	26	100%	-

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Constata-se que a maioria se preocupa com a gestão financeira familiar. Uma explicação para esses resultados pode estar concatenada ao fato de que o planejamento financeiro oferece uma visão exata de onde o dinheiro está sendo gasto e como ele está sendo gerado. Além disso, O orçamento familiar não é apenas uma ferramenta de controle financeiro, mas também uma maneira de garantir estabilidade e tranquilidade para a família. Ele permite tomar decisões mais conscientes sobre gastos, economias e investimentos (ALMEIDA, 2017).

A terceira assertiva procurou averiguar o grau de anuência quanto a análise se uma compra cabe ou não no orçamento familiar, antes de realizá-la. De acordo com o exposto na tabela 9, identifica-se que a maior parte dos respondentes (57,69% ou 15) concordam com a afirmativa de que analisam se a compra cabe no orçamento familiar.

Tabela 9 – Análise das compras no orçamento familiar

Variável	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência acumulada
Concordo totalmente	15	57,69%	57,69%

Discordo totalmente	11	42,31%	100%
Total	26	100%	-

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Silva (2019) cita sobre a importância do consumo de forma responsável, considerando o impacto positivo ou negativo que as escolhas provocam no meio ambiente, na economia e na sociedade. Assim, faz-se necessário praticar o consumo consciente, além de planejar melhor as compras, refletir sobre a necessidade real dos itens que se deseja adquirir e buscar alternativas mais sustentáveis.

A quarta assertiva procurou conhecer o nível de concordância/discordância com relação aos conhecimentos acerca de investimentos financeiros. Consoante os dados apresentados na tabela 10, percebe-se que 15 respondentes (57,69%) concordam com a afirmação de que entendem sobre aplicações financeiras.

Tabela 10 – Conhecimento sobre investimentos financeiros

Variável	Frequência relativa	Frequência Relativa	Frequência acumulada
Concordo parcialmente	11	42,31%	42,31%
Concordo totalmente	4	15,38%	57,69%
Não concordo e nem discordo	4	15,38%	73,07%
Discordo totalmente	7	26,93%	100%
Total	26	100%	

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Resultado parecido foi identificado na pesquisa elaborada por Brito (2019), a qual constatou que a maioria das famílias de baixa renda situada na cidade de Currais Novos/RN possuíam conhecimentos sobre investimentos e aplicações financeiras.

Posteriormente, buscou-se verificar se as famílias recebem algum tipo de auxílio, bolsa ou benefício do governo federal, estadual ou municipal. É possível averiguar que, como mostrado na tabela 11, a maioria dos respondentes (15 ou 57,69%) consentem com a afirmação de obter rendimentos provenientes de programas e benefícios sociais do governo.

Tabela 11 – Rendimentos provenientes de benefícios do governo

Variável	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência acumulada
Concordo totalmente	14	53,85%	53,85%
Discordo totalmente	8	30,77%	84,62%
Não concordo e nem discordo	2	7,68%	92,30%
Discordo parcialmente	1	3,85%	96,15%
Concordo parcialmente	1	3,85%	100%
Total	26	100%	

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Simões (2022) cita que as famílias consideradas de baixa renda podem receber auxílios de diferentes maneiras e conhecê-las, ajuda os governos a formularem ações e políticas públicas que possam reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida dessa população.

Por fim, através da tabela 12, foi possível identificar se as famílias de baixa renda fazem uso de algum tipo de crédito, como empréstimos, cartões, cheque especial, crédito consignado, financiamento imobiliários ou de veículos etc. Verificou-se que 19 respondentes (73,08%) concordam que fazem uso de alguma forma de crédito.

Tabela 12 – Utilização de crédito financeiro

Variável	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência acumulada
Concordo totalmente	16	61,54%	61,54%
Discordo totalmente	4	15,38%	76,92%
Não concordo e nem discordo	3	11,54%	88,46%
Concordo parcialmente	3	11,54%	100%
Total	26	100%	

Fonte: Elaboração própria, mediante dados da pesquisa (2024).

Brito (2019) destaca que existem várias modalidades de crédito para pessoas de baixa renda, inclusive empréstimos com condições facilitadas e requisitos menos rígidos. As principais modalidades de crédito acessíveis para quem tem renda menor são empréstimo FGTS, empréstimos sem comprovação de renda etc.

4.2 ESTATÍSTICA INFERENCIAL

Esta seção foi destinada a demonstrar o resultado da relação entre perfil dos respondentes e das famílias de baixa renda com o conhecimento acerca da educação financeira.

4.2.1 Relação entre o perfil dos respondentes e das famílias de baixa renda com o conhecimento acerca da educação financeira

A tabela 13 apresentou os resultados dos testes de correlação de *Spearman* (r), entre os grupos de variáveis características dos respondentes/famílias de baixa renda e entendimento acerca da educação financeira.

Tabela 1 - Associação entre perfil dos respondentes x serviços contábeis

Conhecimento s/ educação financeira	Correlação			
	Estado civil	Faixa etária	Filhos	Renda familiar
consumo c/responsabilidade	-0.087	0.589**	0.035	0.704***
realização de orçamento/controlado financeiro	0.024	0.698**	0.056	0.627**
conhecimento sobre investimentos financeiros	-0.186	0.495*	-0.083	0.585**
utilização de crédito financeiro	-0.267	0.667*	-0.076	0.525*

Grau de Significância: * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2024).

A variável faixa etária mostrou uma correlação estatisticamente significativa diretamente proporcional com todas as variáveis relacionadas ao conhecimento acerca da educação financeira, sendo destaque realização de orçamento/controlado financeiro e utilização de crédito financeiro que apresentaram uma correlação alta. Já o consumo com responsabilidade e conhecimento sobre investimentos financeiros apresentaram uma correlação moderada com a idade dos respondentes.

Assim, infere-se que, devido a essa correlação, quanto maior a idade dos respondentes, maior à compreensão acerca da importância da educação financeira. Resultado semelhante foi encontrado no trabalho de Gans et al. (2016), pois encontraram associação significativa entre a idade e o nível de conhecimento acerca da educação financeira das famílias de baixa renda que residiam em Curitiba e Região Metropolitana.

Em relação a variável renda *per capita* familiar, percebeu-se igualmente que existiu uma correlação estatisticamente significativa diretamente proporcional com todas as variáveis pertinentes à compreensão quanto a educação financeira, sendo destaque o consumo com

responsabilidade e realização de orçamento/controle financeiro que evidenciaram uma associação alta. Já o entendimento acerca dos investimentos financeiros e o uso de crédito financeiro demonstraram uma correlação moderada com a renda *per capita* familiar.

Diante desses resultados, pode-se deduzir que, em virtude dessa correlação, quanto maior a renda familiar, maior o conhecimento sobre educação financeira. Resultado parecido foi encontrado na pesquisa de Potrich et al. (2015), pois encontraram associação significativa entre a renda familiar e o nível de educação/alfabetização financeira de indivíduos residentes no Rio Grande do Sul.

Os resultados também corroboram Potrich et al. (2014), ao indicar que fatores como idade e renda influenciam o nível de conhecimento financeiro. No entanto, diferentemente de alguns estudos, não foram observadas diferenças significativas quanto ao gênero ou escolaridade, o que pode estar relacionado ao perfil específico da amostra analisada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o objetivo da pesquisa – investigar a relação entre as características das famílias de baixa renda localizadas no município de Santana do Ipanema/AL e o conhecimento sobre educação financeira. – foi atingido, conforme demonstrado no capítulo 4 e sintetizado a seguir.

A amostra abrangeu vinte e seis famílias e os dados foram coletados, nos meses de novembro e dezembro de 2024, através da aplicação de um questionário no formato presencial aos domicílios dos respondentes.

Em relação às características dos respondentes, observou-se que a maioria era do gênero feminino, solteiras, com idade de até trinta anos. No tocante ao perfil das famílias de baixa renda, constatou-se que a maioria tinha filhos, eram compostas por mais de três componentes e recebiam rendimento mensal de até um salário mínimo.

No que se refere ao entendimento sobre educação financeira, observou-se que a maioria das famílias compram apenas o necessário para garantir a sua subsistência, realizam planejamento e controle financeiro, analisam se a compra é compatível com o orçamento familiar, fazem uso de crédito financeiro e recebem auxílio governamental.

Constatou-se ainda que quanto maior a idade dos respondentes, maior a compreensão acerca da importância da educação financeira. Logo, pessoas mais experientes tendem a buscar mais conhecimentos sobre educação financeira. Outro achado importante foi que quanto maior a renda familiar, maior o entendimento em relação a educação financeira. Assim, famílias com maior rendimento tendem a ser mais instruídas financeiramente.

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se a amostra reduzida e restrita a um único município, além da utilização de um instrumento adaptado sem ampla validação estatística, o que não permite a generalização de resultados. Além disso, limitou-se a examinar a associação entre as características das famílias de baixa renda e o entendimento no que concerne a educação financeira de apenas um município alagoano.

Diante deste cenário de resultados e de limitações, para estudos futuros, sugere-se: envolver famílias de baixa renda situadas em diferentes cidades alagoanas e em outros estados da federação a fim de que se possa realizar um comparativo maior e mais detalhado, com o intuito de verificar se o comportamento observado neste estudo se repete ou apresentará diferenças; e realizar novas pesquisas que explorem a influência de outros fatores, como escolaridade dos responsáveis e acesso a programas de educação financeira, e utilizem métodos qualitativos para aprofundar a compreensão sobre os desafios enfrentados por famílias de baixa renda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lilian. **Educação Financeira não é opção, é necessidade**. 2017. Disponível em: <http://www.aefbrasil.org.br/index.php/educacaofinanceira-nao-opcao-necessidade/> . Acesso em 15 de junho de 2024.

BORGES, André. “**Oito de cada 10 famílias brasileiras estão endividadas, aponta CNC**”. CNN Brasil, 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.397, 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira- ENEF**, Brasília, DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.135, 26 de junho de 2007. **Institui sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.016, 29 de março de 2022. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/decreto/d11016.htm>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

BRASIL. Lei nº 8.742, 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Brasília, DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.601, 19 de junho de 2023. **Institui sobre o Programa Bolsa Família**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

BRASIL, Lei nº 12.435, 6 de junho de 2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

BRITO, A. B. S. Educação financeira das famílias de baixa renda na cidade de Currais Novos/RN. **Departamento de Ciências Sociais e Humanas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, RN, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/43465>>. Acesso em: 13 de julho de 2024.

CARDOSO, D. A. **O comportamento e a atitude financeira em famílias de baixa renda**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26980>>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

CONTANI, E. A. R.; ABREU, M. E. S; REIS, L.G. Influência do nível de conhecimento financeiro sobre o planejamento e endividamento pessoal. **Revista Organização e Sustentabilidade**. Lomdrina, PR, 2021. Disponível em: < <file:///C:/Users/China/Downloads/2021+Artigo+07+VF.pdf>>. Acesso em: 24 de julho de 2024.

FARIAS, Y. M. **Percepção sobre educação financeira e consumo consciente dos discentes de uma escola estadual alagoana.** Santana do Ipanema, Alagoas. Universidade Federal de Alagoas, 2023. Disponível em: < <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/12597>>. Acesso em 23 de julho de 2024.

FERNANDES, R. S. **O comportamento do consumidor: Uma análise acerca do papel da Educação Financeira e consumo consciente.** (Projeto de pesquisa, Universidade do Sul de Santa Catarina), 2019. Disponível em: <http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/7907>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

GANS, E. B. S.; GANS, J. R. M.; OLIVEIRA, L. T. V.; MOREIRA, P. R.; FILHO, A. D. A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda. **R e v. F A E**, Curitiba, Edição Especial, v. 1, p. 93-102, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GORLA, M. C. et al. A educação financeira dos estudantes do ensino médio de rede pública segundo aspectos individuais, demográficos e de socialização. In: **Anais do XVI Congresso USP Controladoria e Contabilidade.** São Paulo, SP, Brasil, 2016.

HUSTON, S. J. Measuring Financial Literacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). **Estado, censo demográfico 2021.** Disponível em: < <https://censo2022.ibge.gov.br/etapas/divulgacao-dos-resultados.html>>. Acesso em: 26 de julho de 2024.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MESSY, F.; MONTICONE, C. Financial Education Policies in Asia and the Pacific. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, OECD Publishing, Paris, n. 40, 2016. Disponível em: < https://www.oecd.org/en/publications/financial-education-policies-in-asia-and-the-pacific_5jm5b32v5vvc-en.html>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Alfabetização financeira e inclusão: Resultados da pesquisa da OCDE/INFE em todos os países e por gênero.** Paris, França: OCDE Centro, 2013.

PERIN, Andréa Pavan; CAMPOS, Celso Ribeiro. Educação Financeira: uma análise das definições e concepções de alunos do ensino superior. **Revista Eletrônica de Educação Matemática**, v. 17, p. 1-22, 2022.

POTRICH, A. C. G. Alfabetização Financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros. **Dissertação.** Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria, RS, 2014. 176 fl.

POTRICH, A. C. G., Vieira, K. M., CAMPARA, J. P., & SANTOS, L. F. D. O. Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis

Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, 9(3), 109-129, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v9i3.13335. Acesso em: 14 de junho de 2024.

RATTI, Cláudia; FERREIRA, Jair Messias. Atividade de história: Como os brasileiros lidavam com o dinheiro na hiperinflação. Nova escola, 2021. Disponível em: < <https://box.novaescola.org.br/etapa/3/educacao-fundamental-2/caixa/265/educacao-financieira-para-alunos-da-bncc-ao-dia-a-dia/conteudo/20241>>. Acesso em: 13 de junho de 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas** – 4 ed. revisão, atualizada e ampliada, - São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, R. R; OLIVEIRA, R. R; TEIXEIRA, L. A. Educação financeira e endividamento do consumidor de baixa renda: Tendências de inadimplência e adimplência. Petrópolis, RJ, 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/321491533_Educacao_financieira_e_endividamento_do_consumidor_de_baixa_renda_Tendencias_de_inadimplencia_e_adimplencia>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

SIMÕES, E. M. **Economia comportamental e educação financeira: a tomada de decisão**. Minas Gerais, 2022. Disponível em: < file:///C:/Users/China/Downloads/TCP_ESTER.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2024.

SILVA, A. K. P. **Finanças pessoais: um estudo sobre a educação financeira e o endividamento dos servidores da universidade federal do ceará**. Fortaleza, 2019. Disponível em: < https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60314/1/2019_tcc_akpsilva.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2024.

SILVA, R. A. da. **Educação Financeira: Da escola para a vida**, 2019. Disponível em: <http://repositorio.fucamp.com.br/jspui/handle/FUCAMP/441>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

VIDAL, Y. D. R. L., SILVA, K. P., & VALDEVINO, R. Q. S. Percepção Dos Discentes De Ciências Contábeis Sobre Educação Financeira. **Revista Conhecimento Contábil**, 10 (1), 80-95, 2020. <https://doi.org/10.31864/rcc.v10i01.1925>

XAVIER, T., FERREIRA, M. C. O. A Influência da Educação Financeira no comportamento de compra do consumidor e antecedentes ao Endividamento, 2018. In 14 **Congresso Latino Americano de Varejo e Consumo**.
